

## A ÓTICA METODOLÓGICA DA PERIODIZAÇÃO: o jogo escalar Ceará-Fortaleza através da reestruturação socioespacial

**Ingrid Gomes da Silva**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO) da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil<sup>1</sup>  
[ingrid22.gomes@uece.br](mailto:ingrid22.gomes@uece.br)

**Luiz Cruz Lima**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO) da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil<sup>1</sup>  
[l.cruzs@bol.com](mailto:l.cruzs@bol.com)

**RESUMO:** A compreensão da reestruturação socioespacial se faz por meio de um processo de caminhos e descaminhos que fomenta alterações na constante físico-morfológica, bem como nas bases sociais. Além de abarcar uma dimensão teórico-conceitual, a reestruturação socioespacial também pode ser considerada como uma esfera metodológica que possui extrema relevância no que diz respeito ao debate científico. Nesse sentido, objetivamos, no presente artigo, apontar tal faceta do processo de reestruturação socioespacial. O percurso metodológico percorrido se dá pela ênfase conceitual - possibilidade metodológica - empiricização tempo-espaço determinado. Para essa compreensão, propõe-se um exercício prático analisando um jogo de escalas entre o estado do Ceará e a cidade de Fortaleza, através do imperativo da periodização. Como resultado de pesquisa, alvitramos uma periodização para Fortaleza, em quatro fases espaço-temporais, que compõem os períodos da reestruturação socioespacial nessa escala geográfica de análise.

**Palavras-chave:** Reestruturação socioespacial; Escalas; Imperativo metodológico; Formação socioespacial.

### THE METHODOLOGICAL OPTIC OF PERIODIZATION: the Ceará-Fortaleza scalar game through socio-spatial restructuring

**ABSTRACT:** The understanding of socio-spatial restructuring is achieved through a process of paths and detours that encourages changes in the physical-morphological constant, as well as in the social bases. In addition to encompassing a theoretical-conceptual dimension, socio-spatial restructuring can also be considered as a methodological sphere that has extreme relevance with regard to scientific debate. In this sense, we aim, in this article, to point out this facet of the socio-spatial restructuring process. The methodological path followed is based on conceptual emphasis - methodological possibility - determined time-space empiricization. For this understanding, a practical exercise is proposed analyzing a game of scales between the state of Ceará and the city of Fortaleza, through the imperative of periodization. As a result of research, we propose a periodization for Fortaleza, into four space-time phases, which make up the periods of socio-spatial restructuring on this geographic scale of analysis.

**Keywords:** Socio-spatial restructuring; Scales; Methodological imperative; Socio-spatial formation.

### LA ÓPTICA METODOLÓGICA DE LA PERIODIZACIÓN: el juego escalar Ceará-Fortaleza através de la reestructuración socioespacial

**RESUMEN:** The understanding of socio-spatial restructuring is achieved through a process of paths and detours that encourages changes in the physical-morphological constant, as well as in the social bases. In addition to encompassing a theoretical-conceptual dimension, socio-spatial restructuring can also be considered as a methodological sphere that has extreme relevance with regard to scientific debate. In this sense, we aim, in this article, to point out this facet of the socio-spatial restructuring process. The methodological path followed is based on conceptual emphasis - methodological possibility - determined time-space empiricization. For this understanding, a practical exercise is proposed analyzing a game of scales between the state of Ceará and the city of Fortaleza, through the imperative

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Universidade Estadual do Ceará – UECE. Av. Dr. Silas Munguba, nº 1700 - Campus do Itaperi. CEP: 60714-903, Fortaleza-CE, Brasil.

of periodization. As a result of research, we propose a periodization for Fortaleza, into four space-time phases, which make up the periods of socio-spatial restructuring on this geographic scale of analysis.

**Palabras clave:** Reestructuración socioespacial; Escalas; Imperativo Metodológico; Formación socioespacial.

## Introdução

A Geografia possibilita um leque de interpretações que conectam visões de diversos campos do saber, a fim de compreender a totalidade que se perfaz no espaço. Essa compreensão abrange âmbitos políticos, econômicos, sociais e culturais, que se transcrevem em um percurso que visa entender as múltiplas espacialidades e suas relações - sociedade, meio e natureza - em quaisquer escalas geográficas.

O Espaço Geográfico, campo em que a Geografia coopta suas compressões e análises, se delinea nessa constante busca de apreender a realidade a partir de uma concepção relacional e integradora (SANTOS, 2014). Sob esse invólucro, carregada de diversidade e multiplicidade em diferentes óticas, a Geografia aponta a imensidão da pesquisa e convida a uma investigação e interpretação sistêmica, ampla e crítica.

Logo, permeados por essa amplitude, esse artigo aborda neste artigo a compreensão da reestruturação socioespacial como um percurso que possibilita à tal ciência analisar os movimentos e transformações, na compreensão dos múltiplos espaços, temporalidades e sob diferentes bases societárias.

Nesse contexto de multidimensões, a reestruturação socioespacial (RSE) é vista normalmente enquanto processo ou conceito e tem um campo de diálogo vasto, sobretudo na Geografia. Entretanto, além de seu caráter teórico-conceitual, a RSE possui uma faceta metodológica que suscita diversos meandros para pensar e conceber seus estudos e análises. Apoiados em sua esfera, objetiva-se no presente artigo, apresentar um exercício prático do uso da discussão sobre a reestruturação como possibilidade metodológica a partir do processo de **periodização** nas análises geográficas, através de um jogo de escalas empíricas: Ceará e Fortaleza.

Ceará é um dos principais estados da região Nordeste, fazendo limites com o Oceano Atlântico e com estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí, possui uma área vasta de 148.894,442 km<sup>2</sup>, segundo (IPECE, 2022), contando com 184 municípios, 6 regiões geográficas intermediárias e 18 regiões geográficas imediatas.

Fortaleza, por sua vez, é a capital do estado, sendo o município mais populoso com 2.428.678 habitantes, segundo o Censo do IBGE (2022). É um município de considerável extensão territorial e abriga grandes feições geomorfológicas que concebem uma biodiversidade diversa, somado a um significativo crescimento, em termos econômicos, atrelado ao desenvolvimento de diferentes setores da economia.

A nível de território cearense, as discussões se pautaram nas reflexões de Lima (1999, 2001, 2006), Lima e Vasconcelos (2011) e Vasconcelos (2012). A nível da escala da cidade, através de pensamentos de Girão (1996) e Silva (2010), compondo nossos resultados, proporemos uma periodização para a cidade de Fortaleza, através de um atributo histórico-geográfico que aponta as fases que repercutem na reestruturação socioespacial.

É importante salientar que essa proposição se firma enquanto exercício prático e metodológico, desse modo, está longe de abarcar a totalidade das discussões de cada território mencionado, mas vislumbra em apontar uma demonstração de uso e, assim, somar para a continuidade da discussão enquanto conceito, processo e metodologia.

Para isso, compreendemos a necessidade da periodização da produção do espaço na busca de entender quais processos foram primordiais nas múltiplas transformações espaciais. Nesse sentido, periodizar significa ir além de dividir em espaços-tempo determinados, mas confluir uma produção espacial que se modifica de acordo com a inserção de diferentes relações e meios que conjugam um modo de produção, entendendo as territorialidades

específicas e as sucessivas crises cíclicas que fazem surgir novas formações e reestruturações socioespaciais.

A partir do exposto, o artigo se particiona no seguinte percurso, que tanto enverada a componente metodológica da escrita, quanto elucida a intenção proposta: ênfase conceitual - possibilidade metodológica – empiricização tempo-espço determinado. Além disso, defende-se na necessidade de composição um jogo de escalas entre Ceará e Fortaleza. Procuramos evidenciar a interconexão dos processos e as formações espaciais nesse trajeto. A reestruturação socioespacial, portanto, se comporta como ferramenta metodológica para análise do espaço que necessita de olhares específicos, visto que cada território está contextualizado espacialmente, no entanto, cada um carrega a unidade que compõe a diversidade espacial.

### **Reestruturação socioespacial: breves apontamentos conceituais**

A dimensão temporal associada à constante espacial é início, meio e fim para que haja a totalidade da compreensão geográfica. A cada base temporal evidenciada, impõe-se o comportamento de um novo sistema, relativo ao anterior, mas em sucessiva transformação, uma vez que o espaço é considerado “um mosaico de elementos de diferentes eras, que sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 36). Assim, o impacto que o tempo sobre o espaço formula sistemas espaço-temporais contínuos, que evocam diferentes momentos e eventos, onde salvaguardam que a formulação de cada período emerge não a supressão de um sobre o outro, mas do rearranjo dos mesmos.

Acreditamos no estreitamento de laços de uma relação temporal e espacial marcada pela necessidade dessas intensas transformações socioespaciais, uma vez que a dimensão temporal que se faz no espaço geográfico sobre diferentes escalas demarca a dinâmica espacial e repercute em diferentes nuances nos espaços, os quais, por sua vez, remodelam os territórios e possibilitam um surgimento de novos sistemas técnicos para diferentes usos do espaço e suas assimetrias. Nessa conjuntura, isso nos leva a entender o critério da periodização do movimento de continuidade e de descontinuidade, que sugere a formulação de outro sistema espaço-tempo.

Ao passo dessas discussões, percebemos diferentes períodos em meio a esses padrões no espaço e no tempo. Santos (1985, p. 23) afirma que períodos poderiam ser chamados de sistemas de modernizações, convidando os espacólogos a discernir uma periodização para encontrar “secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações” e que marcam um “ritmo de evolução dos sistemas temporais” (SANTOS; LIMA, 2012, p. 64).

Assim, as periodizações apontam “o pedaço de tempo ou duração, no qual, em torno de dado tipo e forma de produção” (SANTOS, 1985, p. 73), se integram, formulam e possibilitam transformações socioespaciais. A cada eminência de um período, é possível perceber que partimos de um movimento contínuo/descontínuo, quebra/volta, ruptura/entrelaçamento, dentre outros pares dialéticos relacionais, em que o surgimento de tais transformações em uma passagem de períodos se comporta de forma diferenciada a cada realidade subjacente a ele.

Lima, Vasconcelos e Freitas (2011, p.19) afirmam que, “conforme a necessidade de mudanças no regime, formaram-se novas maneiras de funcionamento e comportamento para adequação e manutenção do sistema capitalista”, em que o espaço geográfico vai se conformando às inúmeras transformações ocorridas, ao longo dos tempos, e se consagra com a generalização e com a formulação de novos sistemas técnicos necessários para a reestruturação do espaço. Assim, cada periodização que se estude em um determinado tempo a partir de observações empíricas repercute a um componente de um processo que delinea esta discussão – a reestruturação.



Soja (1993, p. 193) aponta que a reestruturação em si, no seu sentido amplo, transmite a noção de mudanças e rupturas temporais “em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição” através de mecanismos que fomentarão essas mudanças.

Santos e Lima (2012) afirmam que a reestruturação seria justamente essa sequência de quebra/ruptura no desenvolvimento do conjunto das relações sociais de produção, como produto das mudanças dessa ordem globalizante.

Nesse sentido, deve-se pensar a quem ou ao que essas reestruturações atendem. Mandel (1982) afirma que o propósito delas advém de estratégias de uma série de reestruturações geográficas, que satisfazem as condições de sustentação do modo de produção capitalista e, assim, criam bases para sua acumulação.

A reestruturação, nessa dimensão, aporta o processo de reorganização da sociedade no regime capitalista advindo do esgotamento do seu ciclo de desenvolvimento industrial para a “emergência das necessidades da acumulação financeira que ultrapassa e substitui o ciclo industrial na história” (MOREIRA, 2002, p. 13).

Assim, a reestruturação é dita como passagem de um modelo tempo-espaço que está para além de superar as tendências evolucionistas, em que cada novo sistema é a união de elementos do sistema anterior com novas abordagens e que, assim, impõe o imperativo metodológico da periodização (SANTOS; LIMA, 2012).

Nesse âmbito, o espaço não se delinea na imobilidade, mas na movimentação a partir do tempo empiricizado através das periodizações que demarcam as temporalidades e superpõe uma base sobre outra ou um sistema sobre outro, por meio das reestruturações. Isso denota que o tempo supõe ao espaço uma conexão de mudanças através de uma carga material, empiricizando-o (SANTOS, 1979). Nesse sentido, ao pensar-se a reestruturação como movimento de quebra/ruptura, conforme colocado por Soja (1993), o tempo e o espaço necessitam estar de forma una para dada elucidação.

A partir disso, compreendendo tal conexão e a necessidade de entender as passagens de períodos que demarcam cada espacialidade, utilizaremos como metodologia a observação da reestruturação socioespacial trabalhando no seguinte tripé: a) ênfase teórica: levantamento bibliográfico acerca dos conceitos e categorias que se delinham na pesquisa; b) possibilidade metodológica: conexão discursiva da reestruturação socioespacial; c) empiricização tempo-espaço determinado: a periodização sobre o jogo de escalas Ceará-Fortaleza.

## **O espaço não se delinea na imobilidade: a reestruturação na análise escalar entre Ceará-Fortaleza**

Para realizar a investigação proposta nesse ensaio, que formula um ideário de uma base teórica-metodológica, utilizou-se a discussão de alguns conceitos, processos, práticas e formas socioespaciais que subsidiam as investigações. Pensar a reestruturação é pensar o temário de sua formação.

Assim, ao analisar a formação socioespacial, é necessário observar uma variedade de elementos que se repercutem em diferentes períodos, sobre quaisquer construtos espaciais, seja para considerar sobre a perspectiva territorial ou sobre a perspectiva de lugar, por exemplo.

Esse conceito tem gênese nos postulados de Marx quando o autor aponta a discussão de formação social em *A Ideologia Alemã* (1846) e que, depois, em *Introdução à Contribuição da Economia Política* (1859), acrescenta a perspectiva econômica, passando a denominar-se formação econômica e social (FES).

Na década de 1970, no momento da dita renovação crítica da Geografia Brasileira, o geógrafo Milton Santos propôs o debate da formulação conceitual de formação socioespacial para enfatizar a categoria de análise – o espaço – para a ciência geográfica, em que a Geografia

estava saltando de interpretação das formas das coisas, ou seja, a inércia estática dos fenômenos para entender sua formação - seu processo dinâmico e contínuo.

Na concepção marxista, esse conceito se refere ao estudo das sociedades concretas e específicas, onde o modo de produção capitalista estaria, em cada formação social específica, em momentos históricos e espaços pontuais que se combinam com outros modos de produção subordinados, de maneira que essa combinação evidenciaria a diferença específica de cada sociedade (MACHADO, 2016).

Nesse contexto, Marx (2013) analisava o processo de formação da sociedade que se demarcava pela contínua sucessão de cada modo de produção e que compunha momentos diferentes da história humana. Como infere Sereni (2013), essa formação social vinha como resultado desses enquadramentos de momentos distintos de cada sociedade. Assim, tem-se a necessidade de conhecer o construto historiográfico para entender os processos atuais. Marx faz alusão a isso ao assinalar que

A mesma importância que as relíquias de ossos tem para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, com que meios de trabalho (MARX, 2013, p. 257).

É nesse contexto que Santos (1979) observa a necessidade do olhar geográfico para que se entenda a inserção da categoria espaço “como instância fundamental da realidade e assim pensar a formação socioespacial” (MACHADO, 2016, p. 16). Santos passa a discutir o modo de produção e formação social e econômica para entender as possibilidades de formações de cada sociedade em contextos espaciais definidos.

Nesse sentido, revelam-se no espaço diferentes modos de produção e de formação social e econômica que engendram um caminho da “continuidade e da descontinuidade do processo histórico da formação social que é largamente evidenciada na formação espacial” (SANTOS, 1979, p. 17). Ou seja, a cada descontinuidade (esgotamento) de um dos processos acima, surgem novas continuidades que tendem a reformular o espaço que determina novos ambientes construídos para a efetivação da acumulação capitalista.

Lima (2006) aborda que, à medida que a ordem global se altera, com novas modalidades de funcionamento, tende-se a fomentar transformações sociais e espaciais que reconfiguram as ações e os processos que passam a ocorrer no espaço, através do remodelamento e da reorganização espacial, em que a “reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana disso tudo” (MOREIRA, 2002, p. 12).

Assim, a formação socioespacial é o caminho para se pensar a reestruturação e, para isso, há a necessidade de sua contínua recorrência. Assim, esse exercício visa apresentar que, após compreender a abordagem conceitual dos termos, possamos fazer uso de suas bases enquanto metodologias que compõem a pesquisa científica.

A reestruturação socioespacial (RSE) possui uma efervescência de debates que se apoiam no parâmetro teórico, portanto responde a uma possibilidade de interpretação dos estudos geográficos apoiados nos processos que permitem sua compreensão, ou seja, a RSE é também uma base metodológica de investigação acompanhada da periodização como elemento primeiro de base de análise.

## **A reestruturação socioespacial cearense**

Partindo para a escala do estado cearense, observou-se um espaço comportado de modo singular nesse território. Ao pensarmos na reestruturação socioespacial do Ceará, obtemos uma gama de trabalhos que discorrem nesse sentido, trazendo pontualmente diferentes sistemas técnicos específicos e mostrando a complexidade do processo.

A formação socioespacial do Ceará, nas palavras de Pinheiro (2008), se molda na “terra batida”, visto que é historicamente alicerçada em uma base fundiária advinda da expansão do gado, da agricultura e de outras atividades adjacentes a isso. Entretanto, com o avanço dos séculos, o território foi imprimindo um grau de conflitos e tensões permeados pelo aparelho estatal que alterou sua dinâmica socioespacial (VASCONCELOS; LIMA, 2012).

Assim, diante de uma constante transformação, entendemos a reestruturação do território cearense tal como concebida em Lima (2006), segundo quem esse processo se dividiu quatro períodos específicos: a) invasão colonizadora e reocupação do Ceará; b) o binômio gado-algodão; c) o espaço industrializado; e d) a fluidez dos sistemas técnicos promulgados em meio ao período técnico-científico-informacional.

A primeira reestruturação do território cearense se deu no momento de colonização portuguesa, a partir de uma reocupação do Ceará em meados do século XVII, que desencadeou um conflito socioespacial, iniciado com a escravização e seguida pela explícita matança de milhares de povos, que se encontravam nesse território, com o objetivo planejado pelo poderio eurocêntrico para tornar o território produtivo a partir da acumulação primitiva. Lima (2006) adita que esse foi um momento de grande tensão, uma vez que repercutiu na modificação da dinâmica estabelecida nesta localidade devido às novas formas, estruturas e modificações das funções que estavam até então resguardadas.

Lima, Vasconcelos e Freitas (2011) narram que, com o domínio dos invasores, esse espaço respaldou-se a atender aos ditames portugueses, principalmente no momento em que os colonizadores, além de cooptar o interesse pela terra que estavam explorando, começaram a encontrar outras riquezas que instigaram ainda mais seus interesses pelo território cearense.

À medida que isso acontecia, os povos foram sendo explorados e exterminados, cruelmente, tendo os sobreviventes a perda de seu território e de sua cultura, além de serem submetidos ao processo de acumulação primitiva. Entretanto, o novo território expropriado pelos invasores não foi usado pelos canaviais, mas sim para criar insumos a fim de manter a economia canavieira, com criatórios para abastecer a zona do açúcar e de alimentos, e de força de produção. Daí a proliferação de fazendas, mesmo com as crises climáticas (secas) periódicas.

Isso resultou em um processo de povoamento do Nordeste mais longo do que em outras regiões. Esse novo povoamento se deu inicialmente, em 1537, em Pernambuco e, posteriormente, em Salvador, no ano de 1549 (GIRÃO, 1996).

Em 1603, a partir de uma expedição organizada por Pero Coelho de Sousa, via exploração do rio Jaguaribe, iniciou-se a tentativa de reocupação do território cearense. Essa expedição fracassou e, após a expulsão dos holandeses tanto das terras pernambucanas como das cearenses, os portugueses conseguiram se inserir territorialmente nesse espaço. Acerca do exposto, Santos e Lima (2012a, p. 37) apontam que:

Só depois da expulsão dos holandeses, de Pernambuco e do Ceará, é que os portugueses puderam se instalar definitivamente no litoral cearense, ponto de partida para a ocupação de algumas partes do interior, iniciada pelos colonos que fugiam da guerra holandesa, com suas famílias e seus gados. Simultaneamente, ocorrem as violentas conquistas da terra com a matança, escravidão e servidão dos índios e massacre dos negros em seus quilombos no Nordeste brasileiro.

Em meio a esses esforços de domínio territorial, a pecuária foi se estabelecendo, sendo a primeira atividade econômica do Ceará que se desenvolveu a partir da “penetração dos rebanhos trazidos das capitanias vizinhas, principalmente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 52), que ocuparam o vale do Rio Jaguaribe e depois as terras de Acaraú.

Nesse cenário, modelou-se a primeira reestruturação socioespacial do Ceará, no seio da reocupação e dos conflitos emergentes a isso, portanto, a mudança das relações de produção que a FES corrobora. Foi nessa assertiva que a pecuária configurou historicamente o elemento de formação sertaneja no território que preconiza o delineamento das relações sociais.



A partir do avanço da pecuária, “a atividade econômica começou a organizar-se, de fato, com os resultados das expedições pernambucanas e baianas, que vem em busca de pastos para estabelecer fazendas de gado a fim de abastecer a região canavieira da Zona da Mata” (SANTOS, LIMA, 2012a, p. 37).

Embora avançassem as unidades de criação, o mercado local ainda era incipiente, fazendo com que sua comercialização se desse geograficamente distante de sua criação. Nesse compasso, as longas caminhadas do gado impulsionaram um emagrecimento dos rebanhos. Nesse âmage, para sair da crise, os fazendeiros começaram a exportar o gado já abatido, utilizando-o para transformação em carne salgada e para retirada do couro, iniciando o que Girão (1996) chama de *charqueadas*.

As charqueadas, através da manufatura do gado, foram dando espaço para um segundo momento da reestruturação socioespacial do Ceará (LIMA, 1997). Vasconcelos, Lima e Freitas (2011) informam que o impulso das charqueadas foi proporcionado por circunstâncias associadas à abundância de matéria-prima e ao favorecimento do clima, em decorrência das poucas chuvas, temperaturas elevadas e da grande incidência de luz solar, além da proximidade do porto.

Todavia, os autores ainda nos apontam que, no final do século XVIII, iniciaram-se crises climáticas, associadas a grandes secas que dizimaram expressivamente os rebanhos no Ceará, fazendo com que os profissionais que utilizavam técnicas para a manufatura das charqueadas migrassem para o Rio Grande do Sul.

Essa escassez periódica de chuvas resultou em um grande déficit para a economia local visto que, tinha-se um rebanho e uma reduzida quantidade de profissionais. Embora isso tenha contado bastante para possibilitar a necessidade de uma mudança na estrutura econômica e social, Girão (1996) afirma que as secas não foram completamente responsáveis para o término desse período. De acordo com a autora:

Não é novidade para ninguém que na região semiárida do Nordeste, torna a análise dos problemas de ordem econômica, social e administrativa esbarra nos bons e maus tempos, isto é, nos anos de “inverno” ou nos “anos” de secas. A verdade é que os efeitos daqueles dois períodos foram incalculáveis. [...] Mesmo assim, não acreditamos que o fantasma das secas deva ser o responsável único pela extinção completa das Charqueadas no Ceará (GIRÃO, 1996, p. 86).

A autora afirma a contrariedade desse pressuposto ao analisar documentos que registravam carregamentos dessa economia mesmo no período das secas, chamando de exagero de cálculo a projeção dos prejuízos com o rebanho, construída sobre uma intencionalidade para uma transformação daquela estrutura, ou seja, a fomentação de uma nova reestruturação.

Assim, à medida que a emergência industrial ocorria na Inglaterra, o algodão começava a se tornar a matéria-prima que evocou uma fonte de renda que saltava aos olhos em meio a desvalorização do charque. Isso sugeria transformações espaciais que abarcavam a formulação de uma nova reestruturação socioespacial.

No entanto, a efervescência dessa segunda reestruturação teve seu maior expoente a partir do cultivo do algodão. Com a Revolução Industrial, ao longo do século XVIII, que se iniciara na Inglaterra e a entrada da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América (1865), o Ceará investiu na agricultura de algodão como a matéria-prima de intensa demanda no cenário europeu. Graças às condições naturais desse território através da semiaridez, o favorecimento dessa cultura colocou o Ceará em um elevado patamar de interesses internacionais para favorecer a indústria têxtil. Santos e Lima (2012a, p. 40) abordam essa questão, dizendo que

O algodão rompeu o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passa a ser pautada na agricultura, com a pequena disponibilidade de capital atraído

para o financiamento do novo produto de exportação. A partir do início do século XIX, a cultura do algodão se expande no interior do estado. Os primeiros cultivos realizados nos últimos anos do século XVIII assumiram aspectos de grandes proporções quando o Ceará inicia suas primeiras exportações desse produto.

Assim, a cotonicultura avançou como nova estrutura econômica que potencializava um poderio cearense no mercado, sendo a Inglaterra seu principal consumidor. Com base nesse cenário, redefiniu-se uma nova fase das relações de produção.

Embora alavancasse o desenvolvimento do algodão, o usufruto do gado não desapareceu. Na verdade, essas economias coexistiram e denotaram uma elevada importância na história cearense (SILVA, 1995). Isso reflete o binômio do gado-algodão que alterou não somente a base econômica, mas também a arquitetura dos territórios, uma vez que possibilitou a construção de estradas para comunicação de diversas áreas, dada a necessidade de escoamento produtivo dessa cultura.

Desse modo, o cultivo do algodão foi assumindo um caráter expressivo de destaque na economia cearense. Foi nesse contexto que Fortaleza surgiu como “centro coletor e exportador desse produto” (SANTOS; LIMA, 2012a, p. 42). A partir do advento do binômio gado-algodão, ocorreu a utilização das “ferrovias e a abertura de rodovias, que reforçaram o papel polarizador de Fortaleza” (idem, 2012a, p. 42).

Como bem registra o historiador cearense:

A cultura algodoeira objetiva mudança na própria estrutura política local, sendo o cultivo feito em larga escala, necessitando de escoamento da produção para o litoral, através das estradas que se abrem de Fortaleza para as zonas interioranas. Provoca assim o súbito desenvolvimento dos meios de transporte, assegurando de modo compensador o exercício da atividade agrícola; colocando pela primeira vez a sede administrativa em condição de se impor às demais vilas cearenses como verdadeiro centro político, econômico e social da Capitania (GIRÃO, 1996, p. 88).

Embasados nisso, nota-se a importância dos sistemas de transportes na economia local, que propiciou o surgimento dessa formação espacial específica que, por sua vez, ascendeu a relevância de novos sistemas técnicos que antes não eram tão analisados. Esse processo reforça a união teórica abordada anteriormente, ou seja, entender a formação social e econômica e os sucessivos modos de produção que norteiam a validade dessa variável metodológica.

Nesse sentido, o algodão ficou conhecido como ouro branco, em virtude de ser uma abundante fonte de riqueza, que fomentou o fortalecimento industrial, que começava a possuir sistemas de transportes, estradas de ferro, avanço da urbanização, inchaços urbanos e sua característica definidora: um forte ideário de divisão social do trabalho.

Foi nesse decurso que o *terceiro momento da reestruturação socioespacial* se efetivou. Em meio a grandeza proto-industrial que estava se alavancando no Brasil como um todo, o Ceará não esteve às estreitas disso.

É importante frisar que, no final do século XIX, em meio à crise do comércio externo, “produtores e exportadores cearenses buscaram o mercado da então economia emergente do café para colocar os excedentes “exportáveis” do algodão” (SANTOS; LIMA, 2012a, p. 42), articulando, a fase inicial da comunicação entre Nordeste e Sudeste, desembocando, entre os anos de 1945 a 1962, no processo de integração dos mercados nacionais. A indústria, atrelada às atividades que concerniam ao algodão, ao couro e a outras matérias-primas, reafirmou-se como base motriz do século XX, através de uma ampliação de mercado promovida pelo Estado.

Mesmo entrando tardiamente em comparação a outros estados, o Ceará adequou-se a uma nova realidade, como afirmam Lima, Quintiliano e Freitas (2008). Entre 1959 a 1964, o estado ganhou uma nova fase apontada como modernização com reformas, a partir da figura



estatal de planejar, junto às instituições, uma nova forma de se inserir com mais vigor no contexto nacional.

Entretanto, no contexto da ditadura militar (1964-1985), com ideologia conservadora e autoritária, essa modernização não ocorreu de fato em decorrência das forças oligárquicas tradicionais que se firmavam através da concentração de renda. Posteriormente, no final do século XX, pelos interesses empresariais e de forças políticas urbano-industriais, articularam-se medidas para dar início a um novo processo de modernização, na qual as infraestruturas começavam a se basear em unidades técnico-científicas, em que o estado do Ceará se tornava capaz de ser ator na inserção produtiva. Desse modo, o estado é convocado a investir mais ainda nas bases para impulsionar o setor industrial (VASCONCELOS; LIMA; FREITAS, 2011)

Em virtude do contexto em que se germinava o processo de globalização, as forças produtivas e o próprio Estado foram tangidos pelos fortes ventos que modulavam a nova modernização, como entrar em atividades que percorressem diferentes âmbitos e promovessem geradores de capital, como o turismo, os serviços modernos, dentre outras bases de sistemas técnicos. Assim, o território foi se moldando na homogeneização capitalista na qual a formação espacial brasileira está delineada.

Foi ao longo desse movimento que se gerenciaram as três reestruturações ditas. A partir das formas e estruturas que modificaram os arranjos socioespaciais, a organização do território transformou-se continuamente. Imerso nessa constante busca de inserção em uma nova ordem mundial, motivada pela acumulação de mercado, o Ceará se potencializa na necessidade de encontrar uma nova forma de agilizar a passagem do modelo industrial para uma economia que abarcasse outros setores, provocando, assim, a *quarta reestruturação socioespacial*.

Para Santos (2014, p. 14), imersos em um “mundo em que a lei do valor mundial comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas”, o sistema capitalista domina as esferas da vida, já que, num cenário globalizado, a tecnificação do território aplica no espaço transformações de todas as instâncias, a fim de ocasionar uma competitividade mundializada.

Assim, “através de inovações tecnológicas e científicas, o estado do Ceará passou a agregar novas formas produtivas, ocasionando alterações no meio social e físico [...] que exauriram características peculiares de gestão e organização territorial” (SANTOS; LIMA, 2012a, p. 43).

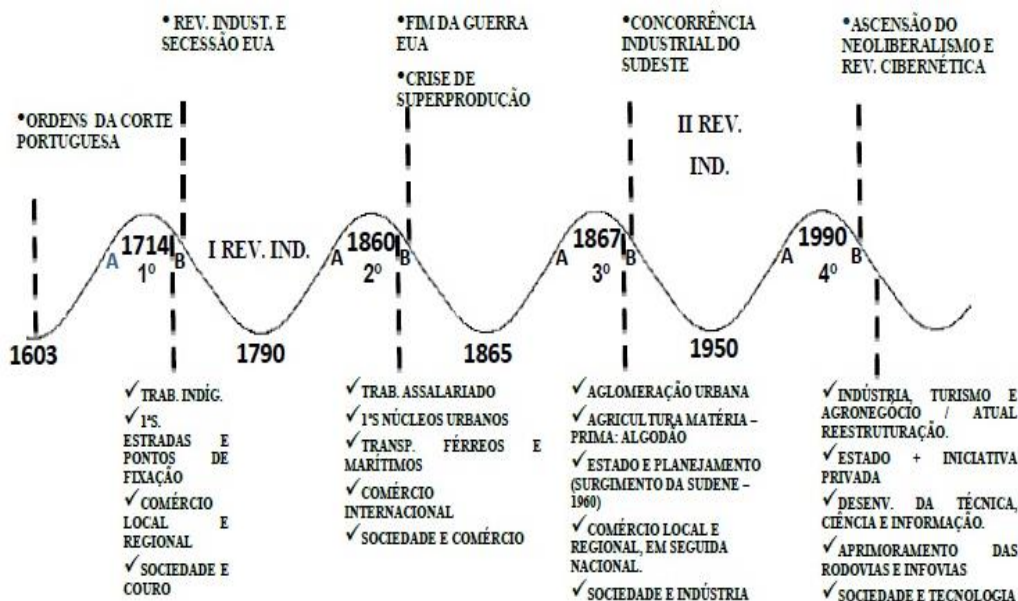
Isso se coaduna com o que Harvey (2004) assinala ao dizer que hoje a sociedade vive em função da efetivação do lucro para compor sua vida social, o que o autor chama de organizador básico da vida econômica. É nesse contexto que o Ceará se insere nessa lógica produtiva em vias de transformação para atender os ditames hegemônicos:

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas estaduais, incremento nos investimentos público e privado e mudança no regime de crescimento acompanhado por variações positivas persistentes ao PIB, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços (AMARAL FILHO, 2007, p. 367).

Acerca desse aspecto, as literaturas apontam que o momento dessa última reestruturação se caracteriza pelo investimento de infraestruturas que são chamadas de modernas, em três eixos: turismo, modernização da agricultura e dinamização dos serviços estruturais. Assim, houve uma reestruturação marcada pela ótica da composição de transformar qualquer ente, quer seja material ou imaterial, em ativo financeiro. Assim, o turismo, os serviços, o agronegócio são figuras centrais nesse arcabouço, mas não somente eles, e sim todos os elementos utilizados na sociedade. Isso evoca a ideia de transmutação de valor nos sistemas de objetos, ações, nos fluxos e fixos.

A Figura 1 representa um esboço que clarifica essas reestruturações e as características que elas corroboravam:

Figura 1 – Ascensões e crises nas Restruturações Socioespaciais do Ceará



Fonte: Vasconcelos (2011).

Com base no esquema acima, é possível perceber a perspectiva temporal que se constrói em meio a crises, visualizados nos conflitos em cada período e nas características de cada formação socioespacial. Assim, o campo da reestruturação se materializa e ganha forma, dimensão e conteúdo, imbrincados de uma função: renovação da dinâmica da vida em sociedade. Eis o fundamento da reestruturação.

É interessante perceber que esses quatro períodos descritos estão completamente concatenados com a análise dos cinco vetores<sup>2</sup> que correspondem à formação espacial brasileira. Essa união escalar denota a interconexão movida por uma produção e por uma organização socioespacial que corresponde os critérios da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, correspondem em características específicas que as realidades operam.

Como exemplo, se olharmos para o período associado ao advento da industrialização no cenário nacional, parece-nos que esse momento foi homogêneo em todas as localidades, mas, ao investigarmos o cenário cearense, percebemos as diferenças espaciais, políticas e econômicas. Isso é nítido, uma vez que reestruturar preconiza a ideia de mudança e, por consequência, diferenciações no espaço.

É este o imperativo metodológico da reestruturação socioespacial, ao apontar que os processos não simplesmente se modificam por fatores isolados, mas da interconexão de eventos endógenos e exógenos, que preconizam posteriores rebatimentos em outras escalas.

### Reestruturação socioespacial da cidade de Fortaleza: uma proposição

Passamos sobre a abordagem da formação socioespacial, que possibilita uma gama de reestruturações analisando o contexto cearense. Atrelado a isso, tentando captar esses níveis de realidade e a fim de traçar sinteticamente uma discussão sobre a formação da cidade de Fortaleza e suas transformações, propomos pensar a periodização dessa escala geográfica por seu atributo histórico-geográfico. É sobre essa ideia que analisar é necessário também a escala

<sup>2</sup> Vetores fundacionais, ciclos de assentamento, maturação ao arranjo capitalista, redesconcentração e privatização da gestão do espaço e a articulação das sociabilidades (MOREIRA, 2002).

da cidade, para entender as especificidades num contexto geográfico que abarca a totalidade fomentada pela reestruturação.

Fortaleza não é diferente da escala anterior percorrida (observação do estado do Ceará), pois possui muitas características comuns a essas, entretanto carregando subjetividades e heterogeneidades bastante curiosas. Compreender a produção do espaço e como ele se organiza é uma tarefa árdua, porém riquíssima para preencher o princípio da totalidade. Assim, quando partimos na intenção de entender que a produção do temário da *formação*, é necessário entender os processos conflituosos que apontam diversas desigualdades e seletividades que diferem as localidades.

Assim propomos entender a cidade de Fortaleza em associação às quatro reestruturações na escala estadual, a partir de quatro momentos que, em nossa análise, evidenciam a reestruturação da cidade: *a)* ordenamento territorial a partir do radiocentrismo; *b)* elevação à categoria de cidade, a partir da rota do gado; *c)* expansionismo ferroviário pela base proto-industrial, bem como pela efervescência do processo de favelização; *d)* advento de estruturas espaciais promulgado pelo planejamento estratégico, sob a perspectiva urbano-financeiro (base neoliberal).

Ao apontar o primeiro processo de reestruturação percebe-se a alteração na estrutura e na forma em que a cidade experienciou, com mudanças na sua configuração territorial. A cidade de Fortaleza, inicialmente chamada de Nossa Senhora de Assunção, era um pequeno núcleo urbano, elevado à vila no ano de 1726. Costa (2009, p. 143), afirma que “era uma pequena e acanhada vila sem nenhuma expressão econômica, tendo apenas o papel de capital administrativa”, ganhando expressividade depois de quase um século.

Girão (1979) aponta que sua planta inicial esteve sob orientação de Silva Paulet<sup>3</sup>. Nesse esquema, as ruas foram desenhadas em linhas retas, perpendiculares e paralelas como num tabuleiro, a fim de facilitar a circulação de mercadorias. Nota-se que a intenção, já nesse momento, era formular seu traçado com o fito de atender as demandas do mercado.

Posteriormente, em meados do século XIX, através de interesses políticos, percebeu a necessidade de uma organização espacial mais dinâmica e sugeriu a confecção de um plano feito por Silva Paulet para reordenar a vila territorialmente. Muniz (2006) afirma que, na planta organizada por Silva Paulet (Figura 2), a estrutura urbana era tida sob a forma radioconcêntrica<sup>4</sup>, na tentativa de ordenar a área a partir do traçado de xadrez. Além disso, a autora ressalta o alinhamento das edificações que já visavam promover abertura de vias para a circulação a fim de possibilitar transformações futuras na cidade, já que

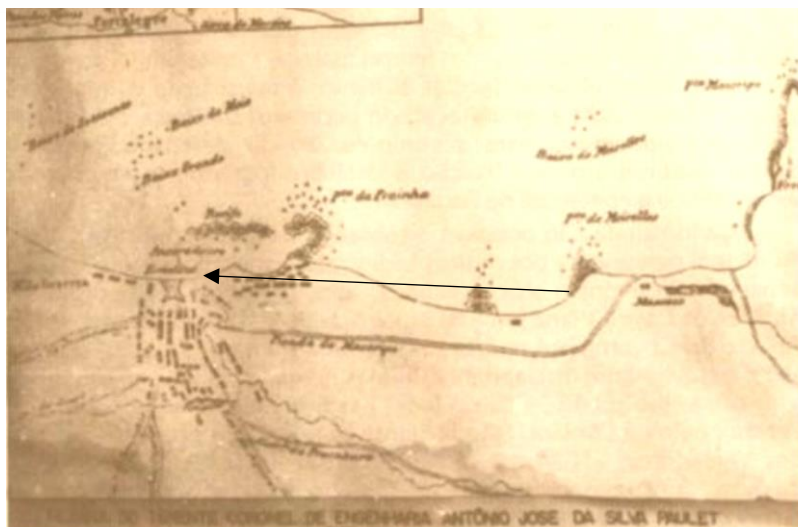
A preocupação com a organização do espaço urbano fortalezense ocorreu concomitantemente ao fortalecimento das capitais, resultante da nova ordenação política da Regência, que concentrava poderes nas sedes das províncias e ao crescimento econômico de Fortaleza, iniciado com a concentração de mercadorias e riquezas a partir da integração do Ceará na divisão internacional do trabalho (COSTA, 2009, p.148).

<sup>3</sup> Autor do primeiro plano urbanístico para a cidade de Fortaleza, em 1812. A ideia central do seu plano urbanístico para Fortaleza é mantida no plano urbanístico de Adolfo Herbster de 1875.

<sup>4</sup> Concentração e justaposição de diferentes planos de arruamento para fins de expansão da cidade (CORRÊA, 2003).



Figura 2 – Planta de Fortaleza sob orientação de Silva Paulet



Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2000). Expansão setor Leste.

A figura 2 evidencia uma via de expansão pelo setor leste, denominada de Picada do Mucuripe (atuais vias que margeiam a praia, na Estrada de Aquiraz, CE-040), visando possíveis expansões para essa “ponta” da cidade. Castro (1994) assinala que

O plano de Paulet ocupava área diminuta: constava de duas ou três ‘ruas’ perpendiculares à linha de continuação da divisa do terreno do quartel de Fortaleza, portanto paralelas e dispostas na direção norte-sul, além de cortadas ortogonalmente por ‘travessas’ (CASTRO, 1994, p.50).

Posteriormente, em 1823, D. Pedro I decretou que as vilas no Brasil se tornassem cidades para atender demandas econômicas que eram insuficientes na condição de vila. A Câmara resolveu, então, acrescer os limites da cidade, o que formulou a criação futura de outros planos. Com a passagem de abandono da categoria de vila, a cidade recebeu diversas nomenclaturas, como Fortaleza de Nova Bragança, Cidade de Fortaleza do Ceará, Cidade da Fortaleza e, por fim, Fortaleza.

Com a passagem para a categoria de cidade, marca-se o que seria para nós a segunda reestruturação socioespacial, em que a economia se alavancou principalmente pelo cultivo de matérias-primas, como o algodão, que era exportado para a Europa em larga escala. Com a crescente prática exportadora em meados do século XIX, o sistema de transporte também cresceu e a área ganhou maior visibilidade.

Barbosa (2016, p. 16) aponta que no século XIX, “a vila, sobressai-se no cenário econômico, expandindo em tamanho, em infraestrutura e em relações com outras cidades e países, elevando seu status para cidade. Isso ocorreu em razão do algodão”. Destaca-se, portanto, a importância da economia algodoeira para esse estágio da formação espacial fortalezense associado ao binômio gado-algodão, presente na própria reestruturação do estado.

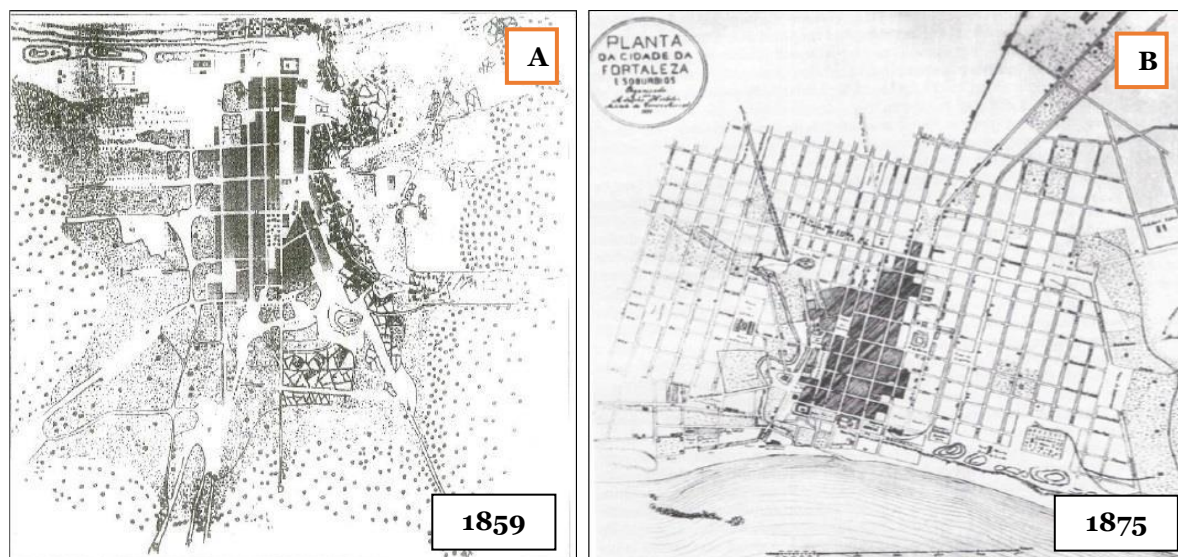
A capital do Ceará consolida-se como polo econômico-social hegemônico da região na segunda metade do século XIX, a partir da grande exportação de algodão para o mercado externo (décadas de 1860-1870). As melhorias que se seguiram em seu porto, a implantação da estrada de ferro Fortaleza-Baturité (1873) e a multiplicação de firmas estrangeiras concorreram para esse inédito crescimento comercial e para a constituição da cidade enquanto mercado de trabalho urbano (PONTE, 2001, p.14).

No entanto, seu aspecto ainda era de povoado com pouquíssimos traçados urbanísticos, cujas primeiras intervenções urbanas ocorreram apenas em 1857, pelo engenheiro-arquiteto Adolpho Herbster. Seu primeiro plano urbanístico veio em 1857. Castro (1994) afirma que Herbster deu início às primeiras formas de planejamento da cidade, construindo grandes edifícios públicos nas áreas centrais, o que resultava, naquele momento, em uma área residencial atrativa para as elites e, nas áreas mais distantes, se firmavam residencialmente os menos abastados.

A primeira planta de Fortaleza foi feita em 1859 e redesenhada em 1875 (Figura 3), mas a cidade ainda não se dividia em bairros como conhecemos hoje, apenas apresentava uma área central ao norte, que detinha maiores infraestruturas, tanto como a residencial como pela oferta de serviços públicos, bem como possuindo vias de acesso à cidade e aos equipamentos públicos e privados existentes.

Partindo de uma escala internacional, Fortaleza não possuía destaque naquela época por não fazer parte dos caminhos e trilhos que efetivavam o comércio, mas, com a ascensão da Revolução Industrial, Fortaleza passou a ser o centro coletor, exportador, comercial e administrativo estratégico para a economia regional, o que acarretou diversas transformações na cidade pelo crescimento do sistema de transportes, bem como pelo de outras infraestruturas.

Figura 3 – Planta exata de Fortaleza  
Na imagem A, primeira planta da cidade, redesenhada em 1875, (imagem B)



Fonte: Accioly (2008); Ponte (2001).

Para mudar isso, a planta anterior foi remodelada com o fito de intervir em um novo planejamento para a cidade. Dantas, Silva e Costa (2009) abordam que,

Diante das transformações sofridas no espaço de Fortaleza, Adolfo Herbster, sob a inspiração da Planta de Paris, remodelada pelo Barão de Haussmann, elaborou uma planta para a cidade, em 1875, visando o planejamento para sua extensão. Projetou um conjunto de largas avenidas, limitando o núcleo urbano da cidade. A oeste do centro urbano estava o Boulevard do Imperador (hoje avenida do Imperador), a Leste o Boulevard da Consolação (atual avenida D. Manuel) e, ao norte, o Boulevard Duque de Caxias (atual avenida Duque de Caxias). A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza que, até hoje, o centro da cidade está ainda circunscrito aos limites das avenidas por ele traçadas (DANTAS; SILVA; COSTA, 2009, p. 149).

Entretanto, Dantas, Silva e Costa (2009) apontam que, do período de 1866 em diante, Fortaleza começou a ganhar destaque internacional. Começou-se a comunicação direta com o Rio de Janeiro e a Europa, através da criação de linhas de navio a vapor, que fez com que a cidade se alavancasse economicamente, passando até de Aracati, município localizado no estado do Ceará que, à época, era um local que estava em ascensão.

Em 1875, a Fortaleza expandia-se em termos espaciais efetivamente ocupados, principalmente na área das avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel, que se tornaram vias de comunicação com outras partes do município cidade. Marcada pelas duas fases, do ordenamento do desenho da configuração territorial e pela efetivação da categoria de vila, a cidade se comporta sobre dois momentos no processo de expansão urbana:

O primeiro, quando a cidade se torna capital da província, estendendo-se até meados do século XIX. O Estado é o principal agente, cujo projeto consistia em dotá-la das condições urbanas necessárias à função de cidade-portuária, mercantil e de capital da Província. O segundo momento inicia-se na segunda metade do século XIX (1860-1870), quando a cidade consolida sua hegemonia como polo econômico e social na rede urbana cearense (ACCIOLY, 2008, p. 95).

Posteriormente, entre 1880 e 1926, Fortaleza dizimou-se a partir da expansão da rede ferroviária que atingiu comunicação com localidades como Baturité, Quixadá, Crato, Sobral e Crateús, municípios do interior do estado. A expansão ferroviária no Ceará a partir de Fortaleza aumentou, consideravelmente, a função comercial da cidade. A ferrovia assumiu importância fundamental para o processo de reprodução do espaço a partir das relações mantidas entre Fortaleza e o interior (DANTAS; SILVA; COSTA, 2009). Apesar disso, foi na década de 1930 que a cidade experienciou um acréscimo demográfico elevado em sua malha urbana.

Fortaleza, nesse cenário, efetivou-se como “um grande centro econômico do Estado, mudando a hierarquia urbana cearense” (DANTAS; SILVA; COSTA, 2009, p. 151). Sua ascensão no que se refere à industrialização engendrou uma supremacia econômica vantajosa que aumentou o status mercadológico da cidade.

No entanto, ocorreu um agravamento do momento de seca no estado do Ceará, o que prejudicou a questão agrária e fez iniciar a migração de pessoas do campo para a cidade, sobretudo no final do século XIX e até primeira metade do século XX. A busca pela cidade deu-se em função de o espaço urbano possuir melhores condições de infraestrutura, graças à estiagem que os camponeses sofreram. Isso reforçou o papel de Fortaleza como polo de atração desses migrantes.

As secas periódicas que assolavam o interior e, principalmente, a abertura de estradas e construção de rodovias ligando a capital aos municípios mais distantes do interior e a outros Estados, muito contribuíram para que Fortaleza se tornasse gradualmente um excelente polo de atração para a população migrante (SILVA, 2007, p. 230).

Com base nessa historicização, deu-se o surgimento das primeiras favelas na cidade, visto que o grande adensamento populacional desses imigrantes os forçava a procurar lugares para se estabelecerem. Dantas, Silva e Costa (2009, p. 94) assinalam que “entre 1930–1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Padre Zé (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954)” (SILVA, 1992, p. 29).

Associado a esse fenômeno, como afirmam Araújo e Costa (2016), “surgiu também o bairro Aldeota (representa um dos maiores preços do solo da cidade), em forma de bairro organizado, com infraestrutura, equipamentos, comércio e serviços”. Esse processo interviu no padrão locacional da população, onde as elites fugiram da proximidade dos pobres migrantes e da poluição das indústrias, transferindo-se do bairro Jacarecanga para Aldeota, o que



denotava nitidamente o início de um processo de diferenciação e segregação socioespacial. Acerca do exposto, Barbosa (2016, p. 21) afirma que

[...] à medida que a cidade crescia em comércio, serviços e indústria, percebia-se uma nova organização socioespacial urbana, estimulada também pelas as secas periódicas que promoveram um crescimento da população na capital. Fugindo do sertão durante as secas os sertanejos aumentavam bastante o contingente populacional da cidade, fato que influenciou na expansão da cidade e no aumento de favelas.

Esse cenário é caracterizado pela hegemonia agrário-exportadora, ascendida pela estrutura produtiva de base urbano-industrial (OLIVEIRA, 1987) e que resultou no que chamamos de terceira reestruturação do território fortalezense. Nesse sentido, Marques (1986) afirma que existia a necessidade de novos planos para a cidade que considerassem uma melhoria efetiva socioespacial. Foi através disso que se deu um novo plano de remodelamento e extensão da cidade, feito pelo urbanista Nestor Figueiredo, como proposta de um primeiro zoneamento com ênfase às funções urbanas pregadas na Carta de Atenas de 1933, no que concerne à habitação, ao trabalho, ao lazer e à circulação.

Nesse quadro, a Fortaleza passou a ser governada por prefeitos e não mais gestores de capital. Muniz (2006) afirma que, mesmo com esse novo remodelamento, os prefeitos só se preocupavam com obras isoladas que vislumbravam um embelezamento para o *marketing* da cidade. Ao passo que continuava a inexistência de planos efetivos, o processo de urbanização se acelerou, a zona central expandiu-se e a população abastada, que antes morava no centro, começou a se realocar para áreas mais distantes.

A princípio, nos idos de 1920, ela [a população de maior poder aquisitivo] se refugia no bairro de Jacarecanga, mas, posteriormente, depois de 1930, segue em direção à praia de Iracema e ao bairro da Aldeota, que eram áreas próximas ao litoral, já que também no bairro da Jacarecanga estava surgindo um complexo industrial considerável. Nessa época, já não há planejamento, nem diretrizes de expansão (MUNIZ, 2006, p. 134).

A necessidade de tornar a cidade uma figura de modernização e com altos padrões estéticos pareciam perfazer o atributo do plano de remodelação, mas o planejamento real, ligado ao lado social, espacial e político, estava em segundo, terceiro ou quarto plano, o que efetivava o crescimento de problemas sociais e inexistência de políticas públicas.

Foi apenas em 1933 que, no intuito de planejar Fortaleza, o prefeito Raimundo Girão teve a preocupação de elaborar um Plano de Remodelação que alcançasse as mazelas urbanas e não apenas os padrões arquitetônicos (MUNIZ, 2006). Para a cidade de Fortaleza, nessa segunda fase de planejamento, houve a implementação de diversos outros planos para uma diferente reprodução espacial que atendesse ao modo de produção vigente, como o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1933), o Plano Diretor de Remodelação e Extensão da cidade de Fortaleza (1947), o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza (1963) e o Plano de macrozoneamento (1992).

Eis que isso reflete o quarto vetor que compõe a reestruturação socioespacial, uma vez que as transformações na cidade, a partir da construção de vários planos de remodelamentos, que visavam não apenas melhorias para a sociedade, mas, sobretudo, compor a forma que a reestruturação necessita para se moldar. Isso resgata a divisão apontada por Santos e Lima (2012b) em que a reestruturação se comporta por três vieses, apontando o primeiro a comunicação do velho com o novo. Assim, configura-se justamente essas transições de planos de remodelamentos nos diferentes governos.

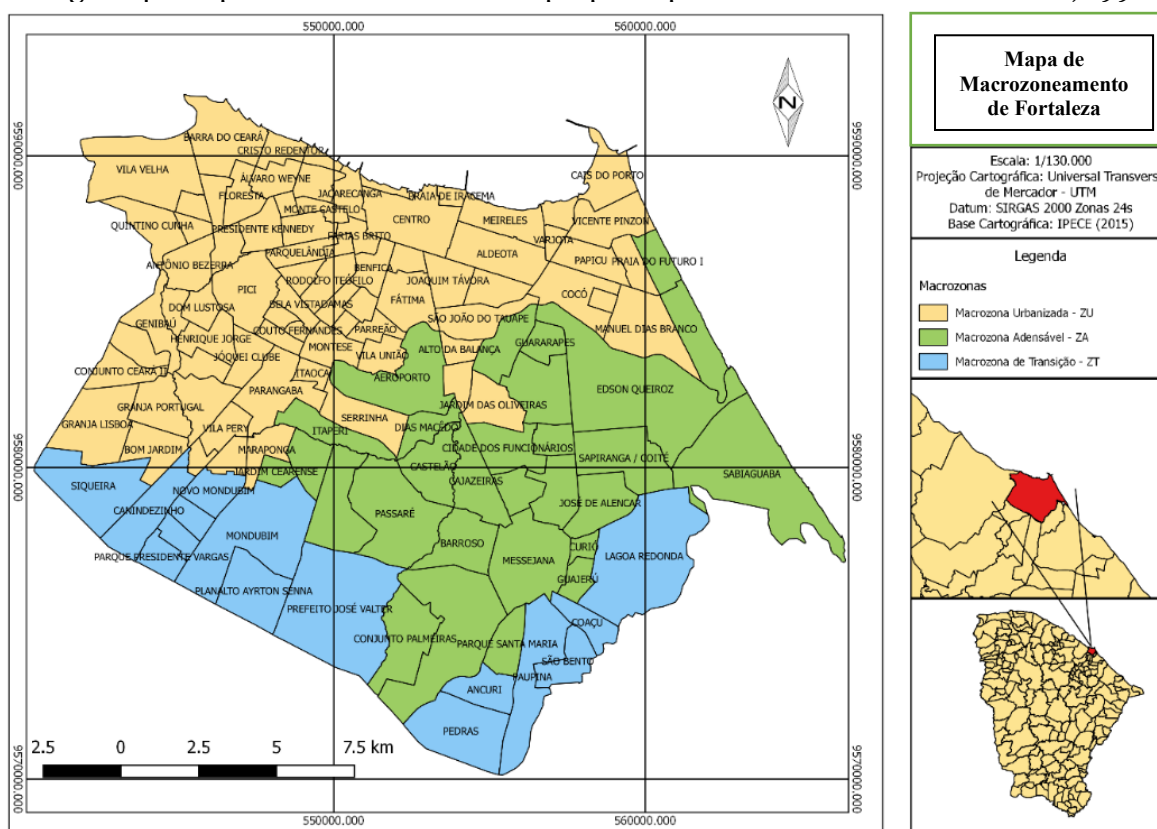
A cidade continuava se expandindo, entretanto, os planos não acompanhavam as necessidades espaciais e sociais de Fortaleza. As mudanças de governança nesse período, acompanhadas de Lúcio Alcântara do Partido Democrático Social - PDS (1979 – 1982) e José

Maria do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (1985 -1986), ainda permeavam sob esse patamar sob inefetiva realização de políticas sociais urbanas. No governo de Maria Luiza (1986 – 1989) algumas intervenções foram feitas, mas a prefeita passou pouco tempo enquanto líder de governança, o que mais uma vez altera a forma de gerir a cidade.

Com o Governo de Tasso Jereissati do Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB (nível estadual), em 1986, a ideia do “Governo das Mudanças” suscitou no discurso de desenvolvimento da cidade em pilares socioeconômicos, o plano diretor ficou mais uma vez em extensão teórica atendendo segmentos sociais minoritários específicos. Souza (1995, p. 90) afirma que nesse período a cidade ficou com caráter meramente administrativo, onde a “austeridade, desburocratização, extinção e fusão de vários órgãos e secretarias são as palavras de ordem dessa administração”.

Mais uma vez, com a transição de governos na década de 1990 passando por Ciro Gomes e Juracy Magalhães, a cidade continuou sem políticas assistenciais verdadeiras. Naquela época, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população atingia 1.758.334 habitantes, onde a ineficácia de políticas acelerava os problemas socioespaciais. Nesse sentido, em 1992 (Figura 4) foi elaborado um novo Plano sob a Lei Nº 7.061 de 16 de janeiro de 1992, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza – PDDU-FOR (FORTALEZA 1992a).

Figura 4 - Mapa do macrozoneamento proposto pelo Plano Diretor de Fortaleza, 1992



Fonte: Base Cartográfica do IPECE. Elaboração: Autora.

O plano se antecipava ao Estatuto da Cidade, que só surgiu em 2001, que prega o cumprimento da função social da propriedade e da terra, e promove diretrizes para a execução da política urbana (MUNIZ, 2006). A divisão especializada por meio da figura 4 estava intimamente relacionada às transformações que atendem aos ditames capitalistas, inserindo mecanismos para a maestria do capital e a mudança em ativos-financeiros através da via do planejamento estratégico.

Essa nova reestruturação, advinda da passagem dos governos, mostra que a prioridade dos projetos se modificou e impulsionou o mercado imobiliário a transparecer o viés abordado de início através de uma nova produção arquitetônica e da configuração de Fortaleza em cidade-empresa como empreendimento de “mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade” (ARANTES, 2013, p. 17). Isso rege o contrário da bandeira de Reforma Urbana apontada desde 1960 no Brasil, consolidada em 1980.

Como aponta Vainer (2013), a política da cidade transfigura o sentido e a função da lógica do urbano transformando em cidade-mercadoria. Os bairros, divididos com características similares às da cidade, se remodelam nessa mercantilização dos espaços da polis. Isso emerge na inserção de mecanismos estratégicos para a venda e para o consumo do/no espaço urbano. O surgimento de shopping centers, feiras, centro de convenções, megaeventos, serviços destinados ao turismo e supermercados interferem na lógica dessa cidade e de seus espaços e na forma de se pensar o município só em atributos administrativos e de gestão. Vainer (2013, p. 100, grifos nossos), sobre isso, assinala que

O questionamento da transformação da cidade em mercadoria se dilui no momento em que ela ressurgiu travestida de empresa; e a crítica a esta analogia perde sentido quando é a cidade pátria que emerge, oferecendo a paz, a estabilidade e a garantia de líderes capazes de encarnarem, graças a seu carisma, a totalidade dos cidadãos. Esta permanente flexibilidade e fluidez conceitual **operam como poderoso instrumento ideológico, fornecendo múltiplas e combinadas, mesmo contraditórias, imagens e representações.**

Outro sistema que corrobora essa maestria é fomentado pelo turismo, atividade que, em Fortaleza, teve avanço no chamado Governo das Mudanças (no governo Tasso Jereissati, em que houve um processo de produção que consolidou a valorização do solo urbano, inserindo no mercado global a promoção de uma intensa transformação da cidade. O turismo introduziu na cidade equipamentos hoteleiros, comércios, infraestruturas e serviços voltados para esta atividade (BARBOSA, 2016).

São diversos os instrumentos que foram consolidados ao longo desse processo, que informam um planejamento pontual a fim da acumulação de capital. Esse modelo se baseia no planejamento estratégico permeado pela articulação dos agentes urbanos associados às parcerias público-privado. Acerca do exposto, Sánchez (1999) discorre que

Este novo modelo de gestão público-privada tem provocado profundas e questionáveis mudanças na atuação dos governos municipais com relação às suas prioridades na alocação de recursos e compromissos na implementação de políticas, com tendências cada vez maiores a uma mercantilização da vida urbana (SÁNCHEZ, 1999, p. 118).

Esse cenário modernizador e, ao mesmo tempo, conservador, por conseguinte, seletivo, atraiu um molde empreendedor que se engendrou no tecido urbano apontando problemáticas que modificaram a dinâmica socioespacial.

Em síntese, a cidade de Fortaleza pode ser observada sobre esse pressuposto, tal como se esboça no Quadro 1.



Quadro 1 – Proposta de periodização das reestruturações da cidade de Fortaleza – CE.

PERÍODO	PROCESSO	CARACTERÍSTICA
<b>SÉCULO XVIII</b>	Reordenamento Territorial	Radiocentrismo, tracejado de solos em formato de xadrez, organização espacial
<b>SÉCULO XIX</b>	Urbanização	Elevação à categoria de cidade, binômio gado-algodão, rotas do gado, cotonicultura
<b>SÉCULO XX (até meados da década de 1980)</b>	Industrialização	Expansionismo das ferrovias, migração, favelização, conflitos, divisão social do trabalho
<b>SÉCULO XX – XXI</b>	Financeirização	Planejamento estratégico, marketing urbano, ativos financeiros, infraestruturas, shoppings centers, turismo, sistemas técnicos

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 1 sintetiza a análise da reestruturação de Fortaleza, apontando a passagem de diferentes contextos que carregam consigo não só uma base temporal, mas, sobretudo, uma dimensão espacial. Percebemos, nesse sentido, como Fortaleza se comporta associada à formação socioespacial do estado do Ceará, além de conjugar particularidades da periodização para analisar a reestruturação que se torna visual para as investigações.

A reestruturação “refere-se às formas e escalas de espaço-tempo das sociedades modernas” (MOREIRA, 2002, p. 1) que comportam a passagem da formação socioespacial a fim de ordenar o espaço na manutenção de ciclos para transformações intencionadas. É necessário, então, utilizarmos das discussões de formação socioespacial à reestruturação socioespacial para entender a totalidade dos processos a partir da união da teoria e da empiria como ferramenta exata para compreensão da produção e da reprodução espaço. Assim, entender a categoria da formação socioespacial como base elucidativa da reestruturação, que se efetiva com transformações dos sistemas técnicos, é condição central para se pensar a Geografia.

## Considerações finais

No presente artigo, buscamos apresentar o uso da reestruturação como possibilidade metodológica a partir de um jogo de escalas entre Ceará-Fortaleza. Tal explanação se fundamenta na necessidade de proporcionar uma relação direta entre teoria e empiria ao pensar a reestruturação socioespacial, por meio do atributo da periodização.

Para isso, entendemos que propor um caminho teórico-metodológico que possa dar base, tanto nos parâmetros conceitual, estrutural e semântico quanto nos mecanismos, técnicas e instrumentos, para a efetivação da discussão proposta é essencial para o contínuo debate reflexivo-discursivo dessa temática.

Nesse contexto, enfatizar as teorias e buscar categorias e conceitos é essencial ao se construir um trabalho científico. Pensar o tempo, o espaço, a formação e a reestruturação suscitam um movimento tempo-espaço que conduz a reestruturação socioespacial e formula eventos que não são lineares e sucessivos, mas concomitantes, e que acendem o aparecimento de novos sistemas técnicos, uma vez que ela resguarda transformações a partir das periodizações através de objetos e ações diversas que fomentam a reestruturação, alterando, assim, a relação espaço-tempo.

O tempo empiricizado compõe, então, as formas de reestruturação. Entendê-lo enquanto processo necessita de bases epistêmicas que apoiem e concebam a partir de uma

teorização que fortaleça as categorias geográficas. Situar a dimensão temporal, através das periodizações, emerge a necessidade de espacializá-la. Caminhando em um trajeto de entender a reestruturação socioespacial como processo que categoriza o ideário das discussões levantadas, deve-se prosseguir em busca de nichos, formas, funções e formações socioespaciais específicas de cada sociedade.

## Referências

ACCIOLY, V. M. **Planejamento, planos diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992.** 2008. 151 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

AMARAL FILHO, J. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, M. F. ANDRADE, V. N.de, e LIMA, L. **A Reestruturação do Litoral Cearense Pelos Serviços da Atividade Turística a Partir da Década de 1990.** Fortaleza: UECE, 2007. Relatório de Pesquisa (Universidade Estadual do Ceará – UECE; Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR), 2007.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In: VAINER, C.; MARICATO, H. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando os consensos.** Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11 – 74.  
BARBOSA, A. E. M. **Reestruturação socioespacial em Fortaleza e suas implicações na habitação.** 2016. 207f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2016.

CASTRO, J. L. Contribuição de Adolpho Herbster à Forma Urbana da Cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, n. 108, 1994.

CÔRREA, R. L. **Região e Organização espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, M. C. L. da. Planejamento e expansão urbana. In: Dantas, E.W.C.; SILVA, J.B.; COSTA, M.C.L. **Da cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza.** Fortaleza: UFC, 2009.

DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. **De cidade à metrópole: (Trans) formações urbanas em Fortaleza.** Fortaleza: UFC, 2009.

GIRÃO, R. **Geografia Estética de Fortaleza.** 2<sup>a</sup> ed. Fortaleza: BNB, 1979.

GIRÃO, V. C. As charqueadas. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza-CE, v. 110, 1996, p. 71 – 91.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2004.

LIMA, L. C. **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica.** São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, L. C.; QUINTILIANO, A. B.; FREITAS, B. M. C.; SANTOS, E. de O.; SILVA, F. A. C.; VASCONCELOS, T. S. L. Reestruturação socioespacial do Ceará. XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 15, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

LIMA, L. C.; VASCONCELOS, T. S. L.; FREITAS, B. M. C. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

LIMA, L. de O. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

MACHADO, T. A. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEographia**, n. 38, 2016, p. 71 – 98.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, R. E. do R. B. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais**: o caso de Fortaleza. 1986. 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1986.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, R. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEographia**, n. 7. Niterói: PPGeo, 2002.

MUNIZ, M. A. P. C. **O plano diretor como instrumento de gestão da cidade**. 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira**: crítica a razão dualista. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987.

PINHEIRO, F. J. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680 - 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n.1. p.115-132, 1999.

SANTOS, E. de O; LIMA, L. C. Evolução dos sistemas técnicos e as reestruturações socioespaciais do Ceará- Brasil. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.12, 2012a, p. 27-49.

\_\_\_\_\_. Reestruturação socioespacial do território cearense: serviços modernos em evidência nos subespaços dinâmicos. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 6, n.13, set./dez. de 2012b. p. 59-76.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos metodológicos sobre a Geografia. 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação económico-social. **Revista Meridiano**, n. 2, 2013, p. 297 – 346.



SILVA, J. B da. A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B. da. et al. (Org.). **Ceará: novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, J. B da. **Quando os incômodos não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: VAINER, C.; MARICATO, H. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando os consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, T. S. L. **Reestruturação Socioespacial do Ceará**: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. Fortaleza, 2010. 188 págs. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

VASCONCELOS, T. S. L.; LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial como aporte metodológico de análise do território cearense. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 99-127, jul./dez., 2011.

**Recebido em:** 27/03/2024.  
**Aprovado para publicação em:** 16/06/2024.